

RS	CAXIAS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXIAS DO SUL	36000679240202500	600.000,00	40330009	600.000,00	1030251182E900043	2223279	600.000,00
RS	ENCANTADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ENCANTADO - RS	36000678480202500	500.000,00	42710001	500.000,00	1030251182E900043	2252228	500.000,00
RS	ENCANTADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ENCANTADO - RS	36000678481202500	166.000,00	20230011	166.000,00	1030251182E900043	2252228	166.000,00
RS	SAPUCAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000669202202500	800.000,00	44840002	800.000,00	1030251182E900043	6437230	800.000,00
RS	TAPES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000661228202500	400.000,00	30200002	400.000,00	1030251182E900043	7692919	400.000,00
RS	VENANCIO AIRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000679782202500	100.000,00	40400003	100.000,00	1030251182E900043	6571360	100.000,00
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOSSA SENHORA DA GLORIA	36000677115202500	200.000,00	44850001	200.000,00	1030251182E900001	6297196	200.000,00
SP	CAMPINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINAS	36000678141202500	550.000,00	28130010	550.000,00	1030251182E900035	5416655	550.000,00
SP	JUQUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000672610202500	150.000,00	44440002	150.000,00	1030251182E900035	9331255	150.000,00
SP	MAIRINQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MAIRINQUE	36000678877202500	100.000,00	31340012	100.000,00	1030251182E900035	6427391	100.000,00
SP	NOVA CAMPINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000680487202500	100.000,00	25320001	100.000,00	1030251182E900035	6413250	100.000,00
SP	SAO CARLOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000660620202500	100.000,00	39280001	100.000,00	1030251182E900035	6367194	100.000,00
SP	SAO CARLOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000660652202500	300.000,00	39380001	300.000,00	1030251182E900035	2080931	300.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000674868202500	500.000,00	42690007	500.000,00	1030251182E900035	2071568	500.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000678054202500	150.000,00	39050008	150.000,00	1030251182E900035	2071568	150.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000678605202500	1.000.000,00	42650007	1.000.000,00	1030251182E900035	2071568	1.000.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000679181202500	700.000,00	41550002	700.000,00	1030251182E900035	0052124	700.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000679263202500	200.000,00	41190008	200.000,00	1030251182E900035	0052124	200.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000678985202500	600.000,00	39280001	600.000,00	1030251182E900035	2089785	600.000,00
TO	COUTO MAGALHAES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000647765202500	150.000,00	30680003	150.000,00	1030251182E900017	6747760	150.000,00
TOTAL			51 PROPOSTAS	22.474.040,00					

PORTARIA GM/MS Nº 7.761, DE 30 DE JULHO DE 2025

Altera a Portaria de Consolidação GM/MS n. 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre diretrizes de transparência do painel de execução orçamentária da Secretaria de Saúde Indígena e sobre a obrigatoriedade de adoção de modelos padronizados de contratação pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O Anexo 2 do Anexo XIV à Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º À Secretaria de Saúde Indígena compete:

I - coordenar, normatizar e executar as ações de atenção à saúde dos povos indígenas, observados os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde;

II - assegurar a transparência da execução orçamentária, mediante a disponibilização pública de painel detalhado contendo, em site eletrônico oficial, no mínimo:

a) informações atualizadas sobre dotações orçamentárias, empenhos, liquidações e pagamentos realizados; e

b) detalhamento, por DSEI, dos contratos vigentes.

III - elaborar e disponibilizar, por meio do Departamento de Gestão da Saúde Indígena, os modelos padronizados de contratação a serem obrigatoriamente adotados pelos DSEI.

§ 1º A Secretaria de Saúde Indígena, por meio do Departamento de Gestão da Saúde Indígena, poderá aprovar eventuais adaptações técnicas devidamente fundamentadas, solicitadas pelos DSEI, quanto à aplicação dos modelos padronizados.

§ 2º Os DSEI deverão observar integralmente os modelos e as diretrizes definidos pela Secretaria de Saúde Indígena, ressalvada autorização excepcional nos termos do §1º." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA GM/MS Nº 7.764, DE 30 DE JULHO DE 2025

Autoriza o Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros destinados à execução de obras de construção de Unidade Básica de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Municípios ou Distrito Federal descritos no anexo desta Portaria, a receberem recursos financeiros destinados à execução de obras de construção de Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), por meio do InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 4º O Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TÍTULO IX, DO FINANCIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de Construção de Unidade Básica de Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R\$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	SENA MADUREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENA MADUREIRA	12415300000125002	43820009	1.999.000,00	1.999.000,00	10301511985810012
AL	BARRA DE SAO MIGUEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - BARRA DE SAO MIGUEL	12550426000125001	27260002	1.803.000,00	1.803.000,00	10301511985810027
RN	ALTO DO RODRIGUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO DO RODRIGUES	97546089000125006	40910002	1.803.000,00	1.803.000,00	10301511985810024
RO	NOVA MAMORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA MAMORE	22992304000125001	92240001	1.999.000,00	1.999.000,00	10301511985810011
RR	UIRAMUTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE UIRAMUTA	12409570000125001	43410020	1.999.000,00	1.999.000,00	10301511985810014
TOTAL			5 PROPOSTAS			9.603.000,00	

